

POLÍTICAS PÚBLICAS EM TELEDUCAÇÃO: APORTES PARA UMA REFLEXÃO EM TORNO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Andreia Regina Moura Mendes • Universidade Potiguar (UnP); Doutoranda em Ciências Sociais (UFRN); E-mail: atenasregina@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo tem como objetivo tratar do desenvolvimento das políticas públicas no Brasil para implementação da educação a distância e teleducação através da TV Escola. Inicialmente, faremos uma breve contextualização histórica sobre o surgimento dos estudos acerca das políticas públicas nos Estados Unidos (RODRIGUES) e, em seguida, procuraremos trazer algumas definições clássicas e conceitos mais utilizados sobre esta área de estudo das ciências políticas (RODRIGUES; SOUZA). Ao longo do trabalho, apresentaremos um quadro de análise sobre as políticas públicas (FIGUEIREDO & FIGUEIREDO; FARIA e DRAIBE) e, por último, definiremos quais são os principais programas das políticas públicas em educação a distância (MAGALHÃES; SEABRA; LOBO NETO), tentando estabelecer uma relação com o trabalho dos estudiosos e analistas de políticas públicas.

Palavras-chave: Políticas públicas. Educação a distância. TV Escola.

PUBLIC POLICY IN TELE-EDUCATION: CONTRIBUTIONS TO A REFLECTION ON THE DISTANCE EDUCATION.

ABSTRACT: This article intended to treat the development of public policies in Brazil for the implementation of distance education and tele-education through TV Escola. Initially we will make a brief historical background on the emergence of studies on public policies in the United States (RODRIGUES) and then try to bring some classic definitions and concepts used more on this area of study of political science (RODRIGUES; SOUZA). During the work, we present an analytical framework based on public policy (FIGUEIREDO & FIGUEIREDO), (FARIA), (DRAIBE) and finally define what are the main programs of public policy in distance education (BARRETO; LOBO NETO) trying to establish a relationship with the work of scholars and public policy.

Keywords: Public policy. Tele- Education. TV Escola.

1. INTRODUÇÃO

Para caracterizar o contexto histórico de surgimento das políticas públicas, é importante acompanhar a reflexão no livro *Políticas públicas*, de Marta M. Assumpção Rodrigues, no qual, ela define política pública como “um processo pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos são divergentes – toma decisões coletivas que condicionam o conjunto dessa sociedade” (2010, p.13). Ou seja, diversos atores sociais reúnem-se para efetivarem uma determinada política que atenda a um setor específico da sociedade, como educação, habitação, economia, saúde, segurança, etc. Entretanto, é importante destacar que o conflito de interesses e divergências de posições são partes integrantes desse processo.

Dito isso, o ponto de partida para uma ação reflexiva em torno do que são as políticas públicas e quais os atores envolvidos ocorreu no ano de 1936, nos Estados Unidos, com o lançamento do livro de Harold Lasswell, *Politics: Who gets what, how* (RODRIGUES, 2010; SOUZA, 2009). A década de lançamento desta obra foi marcada por um esforço do então presidente norte americano, Franklin Delano Roosevelt, de recuperação da economia em função dos abalos sofridos com a crise de 1929. Sobre as políticas sociais implementadas por Franklin Roosevelt durante este período, fala-nos Karnal et al (2007, p. 210):

Como resposta política, Roosevelt também radicalizou, lançando o segundo *New Deal*, em 1935, com programas ampliados de assistência social emergencial, impostos sobre fortunas privadas, um sistema de relações industriais que incentivou a sindicalização e a previdência social para os desempregados, crianças, deficientes e aposentados. Três anos depois, legislação foi estabelecida para construir habitação pública, garantir um salário mínimo e limitar a jornada de trabalho. Inteligentemente usando os meios da propaganda política, apelando aos sentimentos de justiça social e fazendo alianças com políticos regionais, sindicatos, intelectuais e imigrantes. Roosevelt e o Partido Democrata construíram um programa político que duraria duas gerações.

É importante ressaltar que o trabalho pioneiro de Lasswell foi desenvolvido num contexto, no qual, as políticas sociais foram elementos centrais para a recuperação do país e mostraram os seus impactos no fortalecimento político, econômico e social dos Estados Unidos.

Neste momento, é interessante destacar a distinção que o professor Dr. Lincoln Moraes de Souza fez em sua obra sobre política pública e política social. Souza afirma que

o objetivo de uma política social é reduzir as desigualdades provocadas pelo mercado e que a mesma volta-se para a mercadoria força de trabalho. A partir dessas categorias marxistas, podemos entender que uma política social não trabalha com o positivo e o negativo, prefere a concepção de prioritário (como principal) e secundário.

Em outras palavras, uma política social volta-se para amenizar os problemas provocados pelas desigualdades ocasionadas pelas diferenças inerentes ao sistema capitalista.

Ora, a história de nosso país, apresenta um processo dialético composto por diversos grupos que auxiliaram na elaboração de nossa construção social. Entretanto, essa construção foi marcada por profundas desigualdades não apenas entre estes grupos étnicos, mas, também, entre os diferentes substratos da sociedade brasileira.

O passado colonialista e escravagista deixou profundas marcas na sociedade brasileira, aliando uma grande parcela da população tanto dos seus direitos naturais quanto da consolidação de sua cidadania. Entre os direitos, destacaremos, neste artigo, o acesso à educação.

Figueiredo e Figueiredo (1986, p.109) afirmam que, para realizar a avaliação de políticas públicas, é importante a definição de objetivos, critérios avaliativos e de modelos para análise. Eles destacam que “a noção de sucesso ou fracasso de uma política depende obviamente dos propósitos dessa política e das razões que levaram o analista a avaliar tal política”.

Para tratar da aplicação de políticas públicas para o setor educacional, primeiro faremos um breve passeio pela história da educação no Brasil para entender como foram organizadas as ações do governo em torno das demandas dessa área.

2. EDUCAÇÃO NACIONAL: A CRIAÇÃO DA NOVA LDB

Bello (2001) afirma que a educação no Brasil conheceu dez períodos distintos, que correspondem da chegada dos jesuítas ao Brasil, passando pelo processo de redemocratização política, e finalizando nos primeiros anos do século XXI. É deste último período, de 1986 até a atualidade, que trataremos especificamente.

Com o retorno da democracia, os parlamentares brasileiros organizaram uma nova Constituição e, durante sua elaboração, o deputado federal de Minas Gerais, Octávio Elísio, propôs, em 1988, um projeto de lei para reformulação da LDB. Este projeto conheceu vários substitutivos, entretanto, apenas no ano de 1992, o senador Darcy Ribeiro apresentou um novo projeto de sua autoria, que foi aprovado em dezembro de 1996.

Em seu artigo intitulado *A Nova LDB da Educação Nacional: seu trâmite no Congresso e as principais propostas de mudança*, publicado em 1996, Célia Regina Otranto (1996, p.11-12) afirma que:

Em 1992, começou a ser comandado, por parlamentares ligados ao governo do então presidente, Fernando Collor, um processo de obstrução ao Projeto de LDB que tramitava, democraticamente, na Câmara dos Deputados. O Senador Darcy Ribeiro, junto com o então Senador Marco Maciel e, com a aprovação do MEC, apresentou um novo Projeto de LDB, no Senado Federal, desconsiderando o trâmite do Projeto original, na Câmara dos Deputados.

Ainda segundo Otranto (1996), o projeto original sofreu três substitutivos, o primeiro e o segundo de autoria do deputado Jorge Hage e o terceiro de autoria do senador Cid Sabóia. Para a autora, “este Substitutivo foi ao Plenário da Câmara em 1991, onde recebeu 1263 emendas e retornou às Comissões de Educação, Justiça e Finanças, buscando, em sua forma, refletir os anseios educacionais da sociedade brasileira”.

Entretanto, o substitutivo Cid Sabóia retornou, em 1995, para as Comissões de Educação, de Justiça e Cidadania, sendo, posteriormente, considerado inconstitucional, segundo parecer do senador Darcy Ribeiro. Para Otranto (1996), isso representou um duro golpe no processo de discussão e debate que havia sido estabelecido entre os atores sociais envolvidos e os setores interessados. Segundo a autora, ainda em seu artigo:

Educadores de todo o Brasil protestaram e começaram a mobilizar-se contra aquilo que consideraram uma manobra e um desrespeito a todo o processo democrático de construção de uma lei que visa traçar as diretrizes educacionais do país. Insistiram na importância de se prolongar o tempo de discussão, considerando que se estava pretendendo ignorar todo o esforço de elaboração de muitos anos para favorecer o Substitutivo Darcy Ribeiro, recém elaborado (OTRANTO, 1996,p.11-12).

Assim, a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, diferentes políticas públicas foram elaboradas pelo Ministério da Educação e Cultura e seus órgãos complementares. No próximo tópico trataremos da teleducação (educação a distância), apresentaremos seu conceito, seu programa e metas propostas pelo Ministério da Educação.

3. POLÍTICA SOCIAL EM TELEDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA QUEM? COMO?

A pergunta sugerida neste tópico tem como finalidade provocar uma reflexão sobre quem são os atores sociais que hoje fazem parte dos 760.599 alunos² que estudam pela modalidade de educação a distância (EaD) no Brasil.

Para introduzir este tópico, é importante apresentar o conceito de Bernardo Restrepo (1996, p. 9-10) sobre teleducação:

² Ver: <http://www.educacaoadistancia.blog.br/numeros-da-educacao-a-distancia-no-brasil/>

Por educação a distância ou teleducação costuma-se considerar o sistema de insumos e processos que visam levar o ensino a uma população geograficamente dispersa, portanto, através de uma relação não-presente. É bom notar que se utiliza o termo ensino em vez de educação.

Já o pesquisador Miguel Ramon Martinez afirma que:

A educação a distância é uma estratégia para operacionalizar os princípios e fins da educação permanente e aberta, de tal modo que qualquer pessoa, independente de tempo, espaço, possa converter-se em sujeito protagonista de sua própria aprendizagem. (MARTINEZ, 1985:2, *apud* ARETIO, 2001, p. 26).

Em ambas as citações, percebemos que a educação a distância relaciona-se com o processo ensino-aprendizagem, fazendo uso de todas as condições do sistema de instrução. Outro viés desta modalidade é a possibilidade de inclusão social e democratização do acesso aos bens culturais partilhados pelo ensino formal. Essa questão poderá ser discutida em outra oportunidade, pois não há espaço para aprofundá-la neste trabalho.

Segundo Aretio (2001, p. 30), é ainda importante ressaltar que a educação a distância exige uma justificativa e que a mesma deve ter objetivos e metas bem estabelecidos, de forma que possa atingir, de forma eficiente, os grupos sociais para os quais está direcionada. O autor também destaca a preparação dos conteúdos utilizados e a seleção dos métodos e meios, ou seja, que tecnologias podem ser aplicadas nessa modalidade. Aretio (2001) finaliza afirmando que tanto o *feedback* dos alunos, quanto a avaliação da modalidade e as revisões contínuas são fundamentais para a eficácia dessa política.

O educador Cipriano Carlos Luckesi (LUCKESI *apud* LOBO NETO, 2001, p. 42) nos indica o seguinte:

O ensino a distância- pelo seu caráter massivo- poderá tanto tornar linear a cultura quanto possibilitar a emergência reelaborada e diversificada de culturas locais e comunitárias. Serão os objetivos políticos, os recursos científicos e metodológicos da ação que configurarão uma ou outra dessas dimensões.

Mas quando começou o ensino a distância no Brasil? A modalidade de educação a distância começou no início do século XX através de cursos por correspondência. Em artigo da Folha Online, Camila Marques afirma que o Instituto Monitor foi a primeira instituição a ofertar cursos não presenciais, ainda no ano de 1939. Hoje, o instituto incorporou as novas tecnologias e oferece também cursos online. Em sua página na web3, o instituto Monitor afirma que mais de 5 milhões de brasileiros já estudaram através de seus cursos a distância desde que o húngaro Nicolás Goldberger iniciou o negócio com um curso de eletrotécnica.

Outro destaque na EaD surgiu no começo da década de 1940: o Instituto Universal Brasileiro. Apesar do uso de novas tecnologias na educação a distância, o Instituto

Universal Brasileiro⁴ utiliza apenas da educação mediada pela correspondência, enviando seu material de estudo ou kit diretamente para casa do aluno. Na sua grade, oferta, até hoje, cursos técnicos e profissionalizantes, além do supletivo oficial e reconhecido pelo MEC. O meio explorado por essa modalidade foi o rádio. O que pode ser atestado pelo fato de, no ano de 1947, o Senac (Serviço nacional de aprendizagem comercial), juntamente com o Sesc (Serviço social do comércio) e contando com a colaboração de emissoras associadas criaram a Universidade do Ar, sediada em São Paulo, cuja principal meta era ministrar cursos comerciais totalmente pelo rádio.

No ano de 1976, o Senac⁵ criou o Sistema Nacional de Teleducação, O Sistema acompanhava a tendência mais geral e mediava o ensino por meio de correspondência, entretanto, também utilizou o rádio e a TV para os seus cursos. Na época, o Senac oferecia cursos para o setor do comércio, serviço e turismo, além de ofertar supletivo.

Em 1988, o Senac criou o Centro Nacional de Educação a Distância (Cead) e continuou o investimento em teleducação com o surgimento, no ano de 1996, do Espaço Senac, um programa radiofônico com transmissão para região nordeste e estado do Espírito Santo. E, por último, o Senac inaugurou sua Rede Nacional de Teleconferência. Em parceria com o Sesc, criou a Rede de teleconferência, cobrindo todo o território nacional com 400 pontos de recepção do sinal.

Como vimos acima, muitas organizações e instituições privadas estiveram à frente da implementação do sistema de educação a distância no Brasil. É importante agora ressaltar quais foram as políticas públicas voltadas para o sistema de EaD e quais as avaliações que alguns trabalhos receberam.

No ano de 1996, o MEC criou a Secretaria de Educação a Distância (hoje extinta). A Seed foi responsável pela criação da TV Escola, que tinha seu sinal transmitido por um canal analógico. Segundo programa da Seed, a TV Escola⁶ tem como objetivos a capacitação, o aperfeiçoamento e a atualização dos professores da educação básica.

É importante ressaltar que, nesse mesmo ano, foi lançado, no Brasil, o trabalho do pesquisador Joan Ferrés, intitulado *Televisão e educação*. Nessa obra, Ferrés procura estabelecer alguns elementos para compreensão da televisão como meio e fenômeno e, depois, apresenta a televisão como uma importante ferramenta para a educação na escola. Ele finaliza o seu livro apontando algumas propostas metodológicas para a análise de programas de televisão.

Voltando para o programa TV Escola, sua programação atualmente está dividida em faixas: ensino infantil, ensino fundamental, ensino médio, Salto para o futuro e Escola aberta. Leva ao ar, diariamente, documentários estrangeiros, cursos de capacitação a distância e séries. Existe uma produção própria de conteúdos que tanto pode ser vista hoje na TV pelo sinal analógico como pelo sinal digital. A TV Escola também possui

4 Ver: www.institutouniversal.com.br

5 Ver: <http://www.senac.br/cursos/ead-historico.html>

6 Ver: www.tvescola.mec.gov.br

parte da programação em seu site com a possibilidade de acesso de vários conteúdos pelos seus usuários.

Apesar da criação da primeira TV pública voltada para educação a distância ocorrer na década de 1990, foi o decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, que regulamentou o artigo 80 da Lei de nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

O primeiro artigo assim indica:

Caracteriza a Educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino-aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e tempos diversos

Este decreto sofreu, recentemente, uma reestruturação a partir do decreto nº 7.480 de 16 de maio de 2011, da presidente Dilma Rousseff, criando a secretaria da regulação e supervisão da educação superior e a diretoria de regulação e supervisão da educação a distância.

Podemos concluir que a teleducação surgiu, então, como uma ferramenta de inclusão social e de acesso mais democrático ao sistema educacional. Sobre essa questão, Luckesi (Op. Cit.) nos indica que:

Democratização da educação significa acesso, permanência e qualidade. Para que a educação intencional seja democratizada é preciso que todo cidadão efetivamente tenha acesso a ela; ter acesso é o início, importa permanecer e aprofundar no seio da cultura que se veicula através dessa educação. Por último, é preciso ter acesso e permanência em algo de qualidade satisfatória. (p.42)

Podemos afirmar que a avaliação de políticas públicas é uma área de rico debate na ciência política brasileira. Tivemos a oportunidade de acompanhar as discussões realizadas por diferentes pesquisadores e acreditamos que Draibe (2001) sintetizou bem como deve ser a metodologia de trabalho em políticas públicas.

Em seu artigo, inicialmente, ela destaca a dificuldade de formulação e elaboração dos projetos de avaliação de políticas e programas sociais. Essa dificuldade deve-se ao fato de existir grande divergência sobre os conceitos básicos que direcionam o trabalho do analista de políticas públicas. Outra questão, de caráter mais metodológico, diz respeito aos objetivos e tipo de pesquisa que o avaliador precisa definir no início de seu trabalho.

Ora, Draibe (2001, p. 17) indica que o pesquisador precisa, inicialmente, definir o recorte programático de seu objeto, limitando seu olhar sobre a própria política, seus programas ou algum projeto específico.

Entretanto, o aspecto central do texto de Draibe reside nos indicadores agregados: avaliações de eficácia, eficiência e efetividade dos programas. Segundo a própria autora

(DRAIBE, 2001, p. 35), “no plano mais geral, a eficácia de um dado programa diz respeito à relação entre características e ‘qualidades’ dos processos e sistemas de sua implementação, de um lado, e os resultados a que chega, de outro”.

Sobre a eficiência, a Draibe (idem) afirma que a mesma relaciona-se com as qualidades de um determinado programa, que são examinadas levando em consideração diferentes parâmetros técnicos como tempo e custos. Em outras palavras, a eficiência pode ser compreendida como a relação entre produtos e custos dos recursos, podendo, ainda, ser adicionado o parâmetro tempo para auxiliar no exame da eficiência.

Quanto ao conceito de efetividade, Draibe (2001, p. 36) afirma que a mesma:

[...] refere-se à relação entre objetivos e metas de um lado, e impactos e efeitos, de outro. Ou seja, a efetividade de um programa se mede pelas quantidades e níveis de qualidade com que atinge seus objetivos específicos, isto é, as alterações que se pretende provocar na realidade sobre a qual o programa incide.

Concluindo, as avaliações de processo e as de resultados relacionam-se com as medidas de eficácia, eficiência e efetividade (2001, p. 37).

Dentro da perspectiva apontada por Draibe e seguindo a linha de discussão de nosso artigo, encontramos a avaliação do programa de ensino a distância - TV Escola, realizada pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas - UNICAMP. A avaliação foi realizada em abril de 2001.

A TV Escola foi avaliada, no mesmo período, pelo Conselho Nacional dos secretários de educação e pela Fundação Cesgranrio. Entretanto, optamos pela avaliação constante no caderno de nº 51 do NEPP, por acreditarmos que ela se aproxima da proposta metodológica dos autores estudados neste artigo.

Antes mesmo de tratarmos do estudo realizado pelo NEPP, é interessante ressaltar a existência de dois trabalhos interessantes sobre o programa TV Escola. O primeiro é um artigo de Mirza Seabra Toschi (TOSCHI *apud* BARRETO, 2003, p. 85-104), que tem o seguinte título *TV Escola: o lugar dos professores na política de formação docente*. O outro texto, presente na mesma obra, é da pesquisadora Ligia Karam Corrêa de Magalhães (MAGALHÃES *apud* BARRETO, 2003, p. 105-119), intitulado *Programa TV Escola: o dito e o visto*. Ambos servirão de escopo para ampliar esta discussão no futuro.

Retomando o Caderno nº51, a avaliação do NEPP trabalhou com o indicador eficácia objetiva e processual e demonstrou, ao final do trabalho, resultados diferentes daqueles propostos pela avaliação da Fundação Cesgranrio.

O estudo do NEPP tinha como objetivo avaliar a implementação do Programa TV Escola no ensino básico municipal e estadual, procurando identificar quais fatores institucionais e organizacionais favoreciam ou ofereciam obstáculos tanto para a implantação quanto para o funcionamento do programa.

A avaliação também procurou analisar o que Draibe (2001, p. 25) chama de indicadores de efeitos, consultando os principais agentes e os beneficiários do Programa sobre o seu nível de satisfação.

No indicador eficácia objetiva, o estudo comprovou que a cobertura do Programa atingia, em média, 86% das escolas públicas do país. Entretanto, percebeu-se que as escolas de maior porte são as mais atendidas e, entre elas, encontra-se a maior concentração de escolas estaduais.

A eficácia objetiva é chamada, por Figueiredo e Figueiredo (1986, p. 112), de avaliação de metas. Segundo eles, o critério de eficácia objetiva significa “se as metas atingidas são iguais, superiores ou inferiores às metas propostas.” Os autores ainda destacam que o modelo analítico utilizado para medir o sucesso ou fracasso de uma política procura verificar se tanto a meta quanto a proposta estão dentro dos limites esperados e tolerados. Os limites representam a faixa do sucesso/fracasso da política.

Um dado bastante relevante aponta que apenas 30% dos professores fazem uso do kit do Programa, comprometendo a eficácia dessa política pública. Ademais, no indicador eficácia processual, a análise de infraestrutura foi apontada, com muita recorrência, nas falas dos diretores, destacando que a falta de um espaço adequado para atender melhor ao funcionamento do Programa TV Escola compromete sua implementação.

Na avaliação de recursos humanos e capacitação, 75% dos diretores afirmaram que os professores não receberam qualquer tipo de treinamento para fazer uso do equipamento do Programa e apenas 15% das escolas tinham, no seu corpo docente, professores participando do curso “*TV na escola e os desafios de hoje*”.

Um aspecto positivo, mas ainda não satisfatório, é que 70% das escolas utilizam o material do Programa para capacitação dos seus docentes. Dessas escolas, apenas 50% afirmaram utilizar os materiais em atividades pedagógicas com os alunos.

É importante frisar que, na época de implantação do Programa, o aparelho de vídeo cassete era bastante utilizado, possibilitando a gravação dos programas em fitas VHS. Por essa razão, no estudo realizado pelo NEPP, aparecem como obstáculos para a implantação e funcionamento do Programa as dificuldades para gravação de filmes e a falta de capacitação adequada para os profissionais da escola.

O estudo realizado pelo NEPP não levou em conta a avaliação da relação custo-benefício e custo-resultado, o que é bastante comum na avaliação de políticas públicas. Para Figueiredo e Figueiredo (1986, p. 113), “os estudos de avaliação que visam estabelecer relação ótima entre os custos da implantação de uma política e os benefícios derivados de seus resultados são efetivamente os menos utilizados na avaliação de políticas sociais”.

Também percebemos que o mesmo estudo, apontado acima, não avaliou a efetividade objetiva da política TV Escola, pois não percebemos, ao longo da avaliação, o critério de aferição da mudança quantitativa entre o antes e o depois do programa, nem encon-

tramos, nos resultados, uma análise sobre os impactos da política: impacto objetivo, impacto subjetivo e impacto substantivo (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986, p. 116)

O documento é finalizado com as recomendações de políticas e sugestões dos agentes envolvidos para o aumento da efetividade do programa. Segundo Faria (2005, p.104), isso nos indica que:

(...) com a popularização das metodologias participativas de avaliação e com o crescente reconhecimento (e propaganda) da avaliação como instrumento de “empoderamento” dos benefícios, a avaliação começou a levar em consideração, de maneira mais sistemática, as necessidades e as expectativas dos beneficiários dos programas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, procuramos realizar um breve esboço em torno das políticas públicas voltadas para a teleducação. Utilizamos os conceitos trabalhados pelos cientistas políticos e pelos estudiosos da teleducação para apresentar um exemplo de avaliação de uma política social voltada para este setor: Programa TV Escola.

O nosso objeto de análise foi um estudo realizado pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, da Unicamp, sobre a eficácia objetiva de um programa da política do governo federal para teleducação. Apropriamo-nos dessa avaliação para realizar, de forma ainda muito incipiente, a avaliação da avaliação de uma política social.

Esperamos contribuir, no futuro, com a ampliação dessa discussão, debatendo sobre as políticas de educação e a sua mediatização através das novas tecnologias.

5. REFERÊNCIAS

ARETIO, Lorenzo García. Para uma definição de educação a distância. In: LOBO NETO, Francisco J.S. **Educação à distância: referências e trajetórias**. Rio de Janeiro: ABT, 2001. p.21

BELLO, José Luiz de Paiva. Educação no Brasil: a História das rupturas. **Pedagogia em Foco**, Rio de Janeiro, 2001. Disponível: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2011

BRASIL. Ministério da educação e do desporto. Secretaria de educação a distância. **TV da escola**. Avaliação da TV Escola pela fundação Cesgranrio. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002650.pdf>>. Acesso em 18 de julho de 2011.

DRAIBE, Sônia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. **Ten-**

dências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC/SP, 2001.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, out. 2005.

FERRÉS, Joan. **Televisão e educação.** Porto Alegre: Artes médicas, 1996.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise e conjuntura**, Belo Horizonte, v.1, n.3, p. 107-127, set/dez. 1986.

FRADKIN, Alexandre. **História da Televisão Pública/Educativa.** [s.l], [s.d] [200-?]. Disponível em: <www.fndc.org.br/arquivos/HistoriaTVEducativa.doc>. Acesso em: 16 jul. 2011.

KARNAL, Leandro et al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI.** São Paulo: Contexto, 2007.

MAGALHÃES, Ligia Karam Corrêa de. Programa TV Escola: o dito e o visto. In: BARRETO, Raquel Goulart (org.) **Tecnologias educacionais e educação a distância: avaliando políticas e práticas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2003, p.105-119

MARQUES, Camila. Ensino a distância começou com cartas a agricultores. 29 set.2004. **Folha.com.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u396511.shtml>> Acesso em 18 jul. 2011.

NÚCLEO DE Estudos em Políticas Públicas. **Avaliação da implementação do Programa TV Escola.** Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP. Caderno nº 51, 2001. Disponível em: www.nepp.unicamp.br/d.php?f=35. Acesso em 18 de julho de 2011.

OTRANTO, Célia Regina. A Nova LDB da Educação Nacional: seu trâmite no Congresso e as principais propostas de mudança. **Revista Universidade Rural - Série Ciências Humanas**, v. 18, n.1-2, Dez. 1996.p.11-16. Disponível em: <www.ia.ufrrj.br/ppgea/conteudo/...1/Educacao.../A_Nova_LDB.doc>. Acesso em: 16 jul. 2011.

RESTREPO, Bernardo. Teleducação: âmbito conceitual de um sistema de educação a distância. In: LOBO NETO, Francisco J.S. **Educação a distância: referências e trajetórias.** Rio de Janeiro: ABT, 2001.p.09-12

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas.** São Paulo: Publifolha, 2010.

SOUZA, Lincoln Moraes. **Políticas Públicas: introdução às atividades e análise.** Natal: EDUFERN, 2009.

TOSCHI, Mirza Seabra. TV Escola: o lugar dos professores na política de formação docente. In: BARRETO, Raquel Goulart (org.) **Tecnologias educacionais e educação a distância: avaliando políticas e práticas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2003, p. 85-104